



O CORPO-ESCALA E AS ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DO MARGEAR: PROPOSIÇÕES PRELIMINARES

■ MARIANE DE OLIVEIRA BITETI

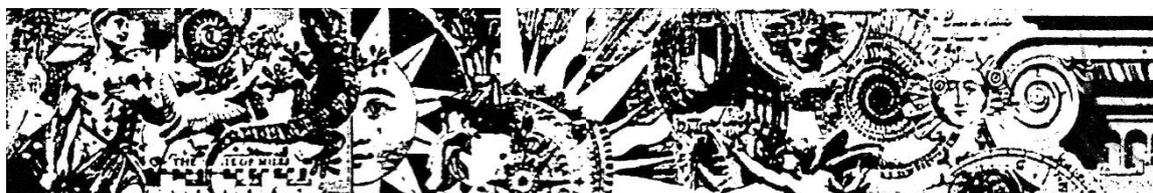
Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Formada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado e doutorado pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do MARGEAR – Grupo de Pesquisas e Extensão sobre Culturas, Políticas e Geografias Marginais. Foca seus trabalhos atualmente nos seguintes temas: epistemologia da Geografia, Filosofia e Geografia, Espacialidades periféricas. Endereço eletrônico para contato: bitetimariane@gmail.com

■ MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Formado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do MARGEAR – Grupo de Pesquisas e Extensão sobre Culturas, Políticas e Geografias Marginais. Foca seus trabalhos atualmente nos seguintes temas: escalaridade, construção social da escala geográfica, geografia urbana, movimentos sociais urbanos, movimentos de moradia, políticas habitacionais. Endereço eletrônico para contato: mtsgrandi@gmail.com

Recebido em: 24/11/2021

Aprovado em: 12/06/2022



Resumo: Passamos tempo na Geografia centrando o debate epistemológico na definição de seu objeto. Nos últimos anos, com um debate intenso sobre o sujeito, surge a necessidade de tematizarmos o corpo. Cabe-nos refletir se os problemas apontados nas abordagens objetificantes estão sendo evitados ao se trabalhar o corpo — especialmente a reificação e absolutização dos “objetos”. Não estaria o corpo sendo também objetificado? Aqui propomos uma aproximação teórico-filosófica entre o corpo e o debate sobre a escalaridade, suspeitando da construção do corpo a partir da dicotomia sujeito-objeto e formulando a proposição do corpo-escala. Após problematizar a constituição do corpo visto a partir das perspectivas externa e subepidérmica, ressaltamos as influências do racismo, do hetero-cispatriarcado e do capitalismo na espacialização dos corpos não-hegemônicos para, logo após, tratarmos do corpo-escala enquanto protagonista de espacialidades marginais. Por fim, tratamos dos desafios metodológicos que surgem da atenção à escalaridade do corpo.

Palavras chaves: Corpo; Escala geográfica; Corpo-escala; Margem.

BODY-SCALE AND THE MARGINING SPATIAL STRATEGIES: PRELIMINARY PROPOSITIONS

ABSTRACT: GEOGRAPHY USED TO FOCUS ITS EPISTEMOLOGICAL DEBATE ON ITS OBJECT DEFINITION. IN RECENT YEARS, WITH AN INTENSE DEBATE ABOUT THE SUBJECT, THE NEED TO THEMATIZE THE BODY AROSE SINCE SUBJECTS ARE EMBODIED. IT IS CRUCIAL TO REFLECT IF THE PROBLEMS OF REIFICATION AND ABSOLUTIZATION OF THE OBJECT, POINTED OUT IN THE OBJECTIVE APPROACHES, ARE BEING AVOIDED WHEN WORKING WITH THE BODY. WOULD NOT THE BODY ALSO BEING OBJECTIFIED? WE SUGGEST A THEORETICAL-PHILOSOPHICAL BRIDGE BETWEEN THE BODY AND THE GEOGRAPHICAL SCALE DEBATE BY FORMULATING THE IDEA OF BODY-SCALE. AFTER HIGHLIGHTING THE CONSTITUTION OF THE BODY FROM BOTH EXTERNAL AND SUBEPIDERMIC PERSPECTIVES, WE EMPHASIZE THE INFLUENCES OF PATRIARCHY AND CAPITALISM IN THE SPATIALIZATION OF THE FEMININE BODY IN ORDER TO, SOON AFTER, DEAL WITH THE FEMININE BODY-SCALE AS A PROTAGONIST OF MARGINAL SPATIALITIES. FINALLY, WE DEAL WITH THE METHODOLOGICAL CHALLENGES OF THE SCALARITY OF THE BODY.

KEY-WORDS: BODY; GEOGRAPHICAL SCALE; BODY-SCALE; MARGIN.

CUERPO-ESCALA Y LAS ESTRATEGIAS ESPACIALES DEL MARGEAR: PROPOSICIONES PRELIMINARES

RESUMEN: EN GEOGRAFÍA HEMOS DEDICADO TIEMPO A CENTRAR EL DEBATE EPISTEMOLÓGICO EN LA DEFINICIÓN DE SU OBJETO. EN LOS ÚLTIMOS AÑOS, CON UN INTENSO DEBATE SOBRE EL TEMA, HA SURGIDO LA NECESIDAD DE TEMATIZAR EL CUERPO. HABRÍA QUE REFLEXIONAR SI SE EVITAN LOS PROBLEMAS SEÑALADOS EN LOS ENFOQUES COSIFICADORES AL TRABAJAR CON EL CUERPO – ESPECIALMENTE LA COSIFICACIÓN Y ABSOLUTIZACIÓN DE LOS "OBJETOS"-. ¿NO SE ESTARÍA TAMBIÉN OBJETIFICANDO AL CUERPO? AQUÍ PROPONEMOS UNA APROXIMACIÓN TEÓRICO-FILOSÓFICA ENTRE EL CUERPO Y EL DEBATE SOBRE LA ESCALARIDAD, SOSPECHANDO LA CONSTRUCCIÓN DEL CUERPO DESDE LA DICOTOMÍA SUJETO-OBJETO Y FORMULANDO LA PROPOSICIÓN DEL CUERPO-ESCALA. TRAS PROBLEMATIZAR LA CONSTITUCIÓN DEL CUERPO VISTO DESDE LAS PERSPECTIVAS EXTERNA Y SUBEPIDÉRMICA, DESTACAMOS LAS INFLUENCIAS DEL RACISMO, EL CISHETEROPATRIARCADO Y EL CAPITALISMO EN LA ESPACIALIZACIÓN DE LOS CUERPOS NO HEGEMÓNICOS PARA, POCO DESPUÉS, ABORDAR LA ESCALA CORPORAL COMO UNO DE LOS PROTAGONISTAS DE LAS ESPACIALIDADES MARGINALES. POR ÚLTIMO, ABORDAMOS LOS RETOS METODOLÓGICOS QUE SURGEN DE LA ATENCIÓN A LA ESCALARIDAD DEL CUERPO.

PALABRAS-CLAVE: CUERPO; ESCALAS GEOGRAFICAS; CUERPO-ESCALA; MARGEN.

Introdução

Passamos um bom tempo na Geografia centrando seu debate epistemológico na definição de seu objeto. Nos últimos anos, com um debate mais profícuo sobre o sujeito, vimos surgir a necessidade de se tematizar o corpo, possivelmente como um desdobramento da relação de imanência entre eles. Não é novidade reconhecer o corpo como o objeto de diferentes áreas do conhecimento. No campo da Geografia, no entanto,

cabe-nos refletir se os problemas apontados como relativos às abordagens objetificantes estão sendo evitados ao se trabalhar o corpo —especialmente no sentido de sua reificação e absolutização. Não estaria o corpo, referencial empírico tão importante ao sujeito, sendo também objetificado?

Se o corpo pode ser reconhecido enquanto realidade empírica e, portanto, não pertencente a nenhum campo científico específico, nos perguntamos como um olhar atento à espacialidade poderia ajudar no processo de complexificação dos conhecimentos a respeito dessa entidade espacial e, ao mesmo tempo, evitar sua reificação. Embora reconheçamos a pluralidade de abordagens espaciais possíveis a respeito do corpo, nosso intuito aqui é indicar como o debate sobre a dimensão escalar do espaço pode contribuir com as reflexões sobre os processos, práticas e ações que constituem os corpos e, ao mesmo tempo, condicionam a influência que estes exercem sobre a construção do espaço, ressaltando a multiplicidade que os constitui enquanto produtos e produtores de espaços.

Neste texto nos propomos a iniciar uma aproximação teórico-filosófica com interesse sobretudo metodológico entre o corpo e o debate sobre a escala geográfica, formulando a proposição conceitual do corpo-escala. Tal formulação tem como objetivo ressaltar as ideias de movimento, deslocamento e co-constituição —além de destacar o indissociável caráter político dessas ideias e o potencial das abordagens preocupadas com a posicionalidade (hooks, 2013; Collins, 2016; Kilomba, 2019; Haraway, 1995), a performatividade (Butler, 1990, 1997) e a desestabilização das margens do corpo (Haraway, 1991) — para a complexificação das análises interessadas em vê-lo enquanto recorte espacial

De certa maneira, reconhecemos a emergência do debate acerca do corpo na geografia como uma forma de demarcar aqueles corpos que foram marginalizados na produção do conhecimento realizada a partir de abordagens universalizantes dos sujeitos que, por sua vez, eliminam as diferenças espaciais. Frente a isso, corpos racializados ou generificados acabam por reivindicar as suas existências como sujeitos corporificados. A preocupação aqui está, no entanto, em suspeitarmos a construção do corpo a partir da dicotomia sujeito-objeto, interesse que encontra eco e base em questionamentos já feitos pela literatura geográfica. A título de exemplo, vale lembrar que para sustentar a ideia de espaço paradoxal, Gillian Rose (1993) já indicava que, tal qual outras oposições vistas na Geografia, a dicotomia nós-Outros têm colaborado com estratégias de invisibilização dos sujeitos dominados, reforçando a importância de se problematizar e buscar fugir de tais oposições. A crítica às dicotomias na geografia e nos estudos feministas também

foram trazidas pouco antes por Liz Bondi (1992, p. 99) ao destacar que, no início da década de 1990, muitos debates no campo do feminismo estavam “(...) preocupados com a desconstrução de dicotomias (masculino/feminino, racional/emocional, abstrato/concreto, público/privado etc.) e com as correspondências presumidas entre dicotomias.” A mesma desconstrução é ressaltada como método importante para abordagens acadêmicas feministas na geografia que evitem olhares essencializados das mulheres, conforme apontou Linda McDowell (1991) também no início da década de 1990.

Diante disso, partimos de nossas atividades acadêmicas recentes para assumir o corpo enquanto uma escala geográfica (recorte do espaço inserido em ordenamentos escalares) e destacarmos o potencial analítico do estranhamento das frequentes oposições escalares que permeiam grande parte das pesquisas geográficas (como a que instaura o par global-local), acompanhando a linha do que nós mesmos e outras/os autoras/es fizeram anteriormente (Marston, 2000; Brenner, 2001; Cox, 1998; Jones, 1998; Swyngedouw, 1997; Masuda e Crooks, 2007; González, 2003; Moore, 2008; Grandi, 2021, 2023). Nos valemos tanto dos debates sobre a dimensão escalar que apontam a inexistência de fronteiras nítidas e fixas entre tais recortes espaciais (e que, portanto, ressaltam o caráter sócio-historicamente construído e forçosamente político das escalas geográficas e dos ordenamentos escalares), quanto da correlação que identificamos entre estes argumentos e as críticas tecidas pelas teorias feministas, descoloniais, desconstrucionistas e posestruturalistas em relação ao caráter político das diferentes dicotomias que guiam o pensamento moderno-ocidental contemporâneo. Ecoamos, assim, o interesse expresso por Bondi (1992a, p. 101) de “(...) não buscar simplesmente abandonar as dicotomias conceituais, mas sim desembaraçar suas múltiplas associações e explorar sua operação nos sistemas patriarcais de significados.” Tal preocupação nos leva a destacar a escalaridade das relações que configuram os arranjos espaciais tomando como referência o corpo não hegemônico.

Essa abordagem permite visibilizar os sujeitos oprimidos e seus opressores, bem como colabora para o entendimento das formas como o debate sobre a dimensão escalar do espaço pode contribuir com as reflexões sobre a espacialidade de corpos não-hegemônicos. Tais sujeitos revelam, com seus corpos e práticas, estratégias espaciais de não captura efetivadas por meio do margear – ou seja: a realização de diferentes formas de ser e estar à margem que não assumem o centro como sua referência primária. Afinal, concordamos sobre a importância intrínseca ao pensar sobre o espaço como resultante

das tensões entre sujeitos cujos posicionamentos políticos oscilam entre a margem e o centro permeados pela concretude das relações de dominação e emancipação.

Para tal, as próximas páginas estão organizadas em três sessões que sustentam a importância das seguintes assertivas: o corpo não deve ser visto como uma entidade eminentemente natural; o corpo pode ser compreendido enquanto uma escala geográfica; e, finalmente, o corpo-escala deve ser visto como uma categoria fundamentalmente política.

O corpo não é natural: sobre sua construção na encruzilhada de olhares externos e subepidérmicos

Pode-se dizer que o corpo, com sua capacidade para ação e suas várias energias, cria espaço? Certamente, mas não no sentido de que a ocupação deva ser dita como “manufaturando” espacialidade; antes disso, há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a implantação do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos no reino material (ferramentas e objetos), antes de produzir a si mesmo ao extrair alimento daquele reino e antes de reproduzir a si mesmo ao gerar outros corpos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele produz a si mesmo no espaço e também produz aquele espaço. Essa é uma relação notável: o corpo, com as energias à sua disposição, o corpo vivo, cria ou produz seu próprio espaço; por outro lado, as leis do espaço, o que significa as leis da discriminação no espaço, também governam o corpo vivo e a mobilização de suas energias (Lefebvre, 1991, p. 170-1, *tradução livre*).

O corpo não é uma entidade auto evidente. Mesmo sem esgotarmos o tema, é importante estranharmos sua naturalização e nos questionarmos a respeito daquilo que o compõe, delimita e diferencia no mundo. Quais de suas características são constituídas socialmente e quais possuem âncoras biológicas ou bioquímicas é um debate antigo e ainda em andamento. Por isso, vale apontar ao menos alguns dos grandes eixos ao redor dos quais esse debate tem-se desenrolado para sublinhar a complexidade dos embates ao redor das fronteiras do corpo.

Reconhecemos ao menos três perspectivas sobre a constituição dos corpos, geralmente presentes de forma mesclada e influenciadas por diferentes correntes de pensamento contemporâneo sobre o tema (ainda que sob forte influência das teorias feministas, da teoria racial crítica, da teoria queer e da literatura psicanalítica) (Herod, 2011). A primeira a ser mencionada vê o corpo enquanto uma entidade natural, de fundo eminentemente biológico. Essas abordagens assumem o corpo como algo em grande parte determinado biologicamente, o que explicaria as diferentes posições sociais e justificaria a atribuição de características comportamentais específicas a cada manifestação fenotípica dos corpos —por exemplo explicando, em certa medida, porque

homens seriam “naturalmente mais violentos” e mulheres “naturalmente mais cuidadosas”. Esse fundamento biológico essencial serviria de base natural sobre a qual as relações sociais se desenvolveriam, compondo uma experiência universal de cada gênero.

Outra perspectiva entende o corpo como constituído em parte pela biologia e em parte pela sociedade. A partir daí, seria possível afirmar que o ser humano cumpre papel importante em seu processo evolutivo enquanto espécie, não estando completamente à mercê dos condicionantes biológicos. Embora tal abordagem por vezes mantenha algumas cisões binárias, ela também torna explícitas as diferenças, por exemplo, entre sexo e gênero, como destaca Simone de Beauvoir (1967). Haveria, assim, uma referência material biológica sobre o qual seriam impressas as digitais culturais de cada sociedade.

Uma terceira abordagem, por fim, concebe o corpo como um constructo social, esforçando-se por superar a divisão entre biologia e cultura. Dentre a grande variedade de estudos que partem dessa concepção geral existem as que veem os corpos enquanto um texto sobre os quais os significados culturais são projetados, permeados e condicionados pelas relações de poder das sociedades. Há também aqueles que afirmam que o corpo não possui existência ontológica prévia às ações responsáveis tanto por constituí-lo quanto por produzir ilusões — como a de que haveria um interior biológico nitidamente distinto do exterior cultural dos corpos. Tais considerações estão presentes e alimentam-se especialmente dos trabalhos de Judith Butler (1990, 1997). No sentido de questionar a definição das fronteiras do corpo, surgem proposições como as do corpo ciborgue, de Donna Haraway (1991) ou de corpo volátil de Elizabeth Grosz (1994) que destacam a anexação aos corpos humanos de elementos geralmente considerados externos a eles (como medicamentos, eletrônicos, próteses, genes, etc.).

Por sua vez, o resgate das discussões sobre a dimensão escalar da espacialidade também nos inspira a pensarmos sobre os corpos, servindo como manancial para continuarmos as reflexões sobre essas abordagens mencionadas. A concepção cartográfica da escala já é bastante difundida —que se refere à proporção matemática existente entre as medidas reais dos objetos e suas representações. A escala geográfica, por sua vez, tem um caráter explicitamente polissêmico (Castro, 1995; Howitt, 1998; Sheppard e McMaster, 2004; Correa, 2003, 2006; Souza, 2013; Grandi, 2021b, 2020). Ela se relaciona com a dimensão escalar do espaço, que diz respeito ao mecanismo epistêmico que articula a divisão do espaço em partes e sua organização em totalidades espaciais — respectivamente: o processo de identificação e produção de unidades espaciais, por um

lado, e sua organização em totalidades espaciais (entendidas como ordenamentos escalares por Masson [2006] ou configurações/arranjos escalares por Moore [2008]). As duas faces da escalaridade, uma encarregada de identificar recortes espaciais contíguos (as escalas geográficas) e outra de articular estes recortes entre si e em totalidades espaciais (ordenamentos escalares), constituem formas nas quais se organiza, se confere sentido e se compreende a diferenciação espacial entre os objetos e fenômenos do mundo, influenciando as formas consideradas possíveis de ação sobre a realidade. É nítido, então, que as escalaridades —conjunto de práticas sócioespaciais responsáveis pela produção de escalas geográficas e seus ordenamentos, bem como os recortes e totalidades resultantes de tais processos— são construções sócio-históricas (Marston, 2000) eminentemente políticas (Grandi, 2015).

A dupla face da dimensão escalar da espacialidade se expressa em diferentes âmbitos da ação humana. No contexto dos estudos urbanos, por exemplo, podemos mencionar as duas diferentes escalas de análise mais comuns: a escala da rede urbana e aquela do espaço intraurbano (Correa, 2003, 2006, 2011). Esta referência conceitual, porém, também é útil para pensarmos o corpo enquanto espaço geográfico. Assim, ao menos duas escalas analíticas do corpo se apresentam: desde uma perspectiva externa, o corpo é visto como unidade, portanto como um corpo-nó em relação com outras entidades assumidas como mais ou menos discretas; ao mesmo tempo, desde um enfoque subepidérmico do corpo, pode-se concebê-lo como um corpo-área que, portanto, deve ser entendido como internamente heterogêneo.

Isso sugere que como concebemos o corpo depende de como o abstraímos do rol maior de relações biológicas e sociais em meio às quais cada corpo existe materialmente e como escolhemos vê-lo: como uma entidade individual ou como parte de um continuum – ou poderíamos dizer “rede”? – da vida. (Herod, 2011, p. 81-2)

Seja olhando-o de fora ou com um olhar subepidérmico, a pele não pode ser vista nem como fronteira autoevidente nem como simples demarcador entre o interior e o exterior. A pele enquanto fronteira é constructo social desde uma perspectiva externa e filtro seletor ao ver-se o corpo-área. Ao questionarmos as fronteiras do corpo fica explícito que este não pode ser visto como entidade ontologicamente discreta. Ao mesmo tempo, a fragilidade das definições sobre os limites que confeririam unidade ao corpo nos permite explorar suas analogias com as dificuldades e armadilhas enfrentadas na busca pelo estabelecimento de contornos exatos de outros recortes espaciais com os quais as pesquisas em Geografia possuem maior familiaridade.

O corpo é escala: corpo-escala como ferramenta analítica

Partimos aqui do reconhecimento de que o corpo é espaço (Santos, 1996; Harvey, 2004; Lima, 2014), pois sua construção resulta de um conjunto indefinido de encontros ordenados e casuais de materialidades e agências sociohistoricamente produzidas conflituosamente pelos diferentes atores sociais. Entendemos também o corpo como lugar, uma vez que, concebido enquanto o espaço do individual, “(...) [e]m um clube, por exemplo, você pode descobrir que seus gestos, adornos corporais e a liberdade com a qual você toma os espaços são bastante diferentes de quando você aparece em uma sala de conferências na manhã de uma segunda-feira.” (McDowell, 1999, p. 34, *tradução livre*). Tampouco temos dúvidas sobre a importância de analisá-lo enquanto corpo-território, uma vez que, por um lado, essa leitura faz-se crucial ao se reconhecer que os corpos são constituídos por meio de disputas sobre suas fronteiras como estratégias para condicionar a conduta dos indivíduos; por outro, que “a centralidade do pensar em termos de corpo-território se afirma também no sentido no qual o território assume características do corpo feminino, é feminilizado no momento da conquista, da ocupação, da expropriação, da funcionalização” (Marchese, 2019, p. 34, *tradução livre*).

Ao considerarmos os aspectos levantados nas páginas anteriores, no entanto, reconhecemos como crucial vermos o corpo também como escala geográfica. É certo que ele se configura como um recorte do espaço cujas fronteiras não são predefinidas essencialmente ou naturalmente, mas sim resultantes temporalmente contextualizadas das disputas por sua definição. Seu sentido político, no entanto, pode ser apreendido não apenas pelos conflitos gerados pelas disputas por tais fronteiras, mas também por aqueles relacionados às posições hierárquicas outorgadas aos corpos em relação a outros recortes que, em conjunto, conformam totalidades espaciais. Nesse sentido, por exemplo, os corpos femininos devem ser considerados como escalas geográficas especialmente importantes para a compreensão da dinâmica de produção do espaço por conta das diferentes possibilidades que eles trazem para a identificação, investigação e complexificação do entendimento a respeito das características hegemônicas do contexto socioespacial contemporâneo, marcado pelo capitalismo e pelo patriarcado. Isso é revelado por meio das múltiplas dimensões de sua espacialidade, como sua localização, quando é alvo preferencial da violência doméstica e familiar; ou por meio de seu movimento, sobretudo quando a esses corpos são negados ou limitados sua livre

mobilidade; ou quando deles se exige comportamentos preestabelecidos, como corporalidades hegemonicamente assumidas como femininas. O mesmo pode ser percebido a partir de corpos negros, que ao serem vistos como corpos-escalas permitem incorporar o racismo e a colonialidade como aspecto estruturante de si próprios e do mundo contemporâneo, expressos também a partir de espacialidades fortemente racializadas que privilegiam corporalidades hegemônicas em detrimento de formas corpóreas não-hegemônicas de ser e existir no espaço (sejam elas desviantes, disruptivas ou contra-hegemônicas). Em meio à escalaridade racista colonial, portanto, são corpos-escalas sociohistoricamente constituídos enquanto aqueles que devem ser submetidos violentamente em prol de existências consideradas mais valiosas – sobretudo aquelas da branquitude civilizada, a quem a mesma estrutura garante a legitimidade de elaborar projetos “mais amplos” de sociedade. Em conjunto com outros pilares, a predominância de tal escalaridade sustenta o racismo que autoriza socialmente que sejam os corpos e demais espaços negros aqueles mais violentados.

Esse amálgama de marcadores sociais de opressão é explícito ao reconhecermos a evolução desigual e combinada do capitalismo na formação econômica brasileira que, segundo diz Lélia Gonzalez, é marcada pela coexistência de processos distintos de acumulação do capital dentro de uma lógica de dependência que mescla e reúne diferentes momentos históricos. Afirma ainda que na constituição de uma superpopulação relativa, importante para o desenvolvimento capitalista, produz-se tanto um exército industrial de reserva quanto uma “massa marginal crescente”. Em ambos os casos, nota-se um impacto majorado quando se trata da vida das mulheres negras:

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (Gonzalez, 2018, p. 42).

Ao refletirmos sobre os corpos não-cisgêneros, por sua vez, também há indícios da importância de se reconhecer o corpo como uma escala geográfica. Em meio às relações que negam tais corpos tidos como dissonantes, como nos lembra Butler (2019), os olhares hegemônicos reconhecem que tais rostos desafiam os padrões normativos e por isso sentem-se legitimados a vê-los como matáveis. Afinal, o não reconhecimento e o movimento de desumanização do rosto do outro rompe o sentido ético da relação com esse outro e produz espaços marcados pela violência. Em “Multidões Queer”, Preciado (2011) fala da multiplicidade de corpos que reagem e resistem aos regimes que os

definem como “normais” ou “anormais”. Formas de controle da vida, do diverso, do inconstante, do múltiplo, seja pela normatização, seja pela constituição das identidades sexuais. Nesse sentido, ele diz:

O corpo da multidão queer aparece no centro do que chamei, para retomar uma expressão de Deleuze, de um trabalho de “desterritorialização” da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (é preciso, então, falar de desterritorialização do espaço majoritário e não do gueto) quanto o espaço corporal. Esse processo de “desterritorialização” do corpo obriga a resistir aos processos de tornar-se “normal...” (Preciado, 2011, p. 424).

Diante das relações de alteridade, esses corpos são sempre o Outro produzido de maneira desigual, e, portanto, alienado de sua possibilidade de existir como corporeidade, tornando-se um corpo condenado a se fechar, a constranger a sua existência ao modo reificado do em-si, o que significa reduzir a sua potencialidade escalar como algo que pudesse lhe assegurar uma existência livre: não podendo ser unidade espacial autônoma, também tem suas articulações com outros espaços limitadas por agentes sociais em posições de privilégio. Os elementos estruturais das sociedades contemporâneas amparam-se, assim, na produção tanto de corpos dóceis (Foucault, 1987) quanto abjetos (Butler, 2011), condicionando as condutas que estabelecem suas margens, aplainando a heterogeneidade de suas constituições subepidérmicas e formatando suas vinculações externas.

Para o devido tratamento da espaço-temporalidade desses corpos, nos parece ser indispensável reconhecer a dimensão da escalaridade, uma vez que esta aponta para o movimento que permite articular o todo e suas partes a partir das práticas socioespaciais dos sujeitos implicados (Grandi, 2019). Atentar a essa dimensão permite afirmar que a produção do espaço do corpo ganha sentido ao ser concebida como parte da produção de um conjunto de espaços cujas características são influenciadas pelas crenças e valores do conjunto social que protagoniza tal produção – na atual quadra da história, sabemos que predominam os valores capitalistas, patriarcais, racistas, coloniais, cisheteronormativos, dentre outros. Ao mesmo tempo, o olhar à escalaridade permite ressaltar o movimento e as práticas dimensionadas e realizadas por corpos não-conformes e que constroem e potencializam políticas não-hegemônicas disruptivas (anticapitalistas, feministas, queer, antirracistas, decoloniais, etc.). Por isso, conceber o corpo enquanto escala geográfica consiste em uma escolha teórico-conceitual que permite percebê-lo enquanto recorte do espaço que só pode ser compreendido a partir de sua contextualização em ordenamentos

escalares —formas de totalidade espaço-temporal que conferem sentido aos recortes que a compõem, dimensão fundamental à complexificação das análises sócio-espaciais.

O corpo-escala depende da contextualização das formas de opressão e resistência, pois enquanto categoria da prática sócioespacial (Moore, 2008; Grandi, 2023) a escala somente existe como espaço relacional, nunca como recorte reificado. Combater o dualismo que embasa a objetificação do corpo – ancorada na separação cartesiana entre corpo e mente – responsável por apresentar tal recorte do espaço enquanto autoevidente é, portanto, também parte da crítica ao projeto renascentista europeu que “mata” a natureza ao submetê-la à racionalidade (Merchant, 1980). Isso porque na submissão do corpo aos ditames da razão é possível reconhecer um projeto colonial que almeja civilizar os corpos e desvinculá-los de suas conexões orgânicas e imateriais com seu contexto imediato, transformando-os em entidades discretas que estariam ontologicamente destinadas a serem objetos dóceis controlados por forças e leis externas a eles.

Mas tal escolha teórico-conceitual não visibiliza apenas a pressão dos processos que obrigam as formas de existência dissonantes a desempenharem as funções desejadas pelos agentes centrais. Ela também destaca a força da dissonância existente e criada à margem das forças centrípetas de opressão – modos de existir que se manifestam muitas vezes como potências transgressoras das margens (Biteti e Moraes, 2019). Essa abordagem estimula também, portanto, que sejam exploradas formulações teórico-conceituais que complexificam a compreensão de corporalidades marginais dissonantes, criadoras de formas de margear a dominação ao teimarem em ser, expressar e fortalecer sua completa imbricação com seu entorno imediato ao ponto de considerarem-se enquanto parte fundamental um do outro: formas de existir que desequilibram e contestam a hegemonia da modernidade. Em contextos mais amplos, essas corporalidades podem ser vistas, por exemplo, entre povos tradicionais (ameríndios, andinos, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, etc.), entre os fluxos de existências que valorizam o “ser favelado”, “suburbano” ou periférico, em formas de existência dissidentes de gênero, não-normativas e disruptivas. O potencial subversivo dessas corporalidades é atestado pelo esforço de assimilação mercadológica, controle violento e extermínio massivo por parte de agentes hegemônicos, como vê-se nas tentativas midiáticas de normatização, controle e mercantilização, mas também de agressões e assassinatos desses corpos, de suas formas de ser, de pensar e de existir.

Pensar sobre esses aspectos agrega uma componente distinta ao corpo-escala: não só área, nem só um nó; nem mesmo simplesmente ambos ao mesmo tempo — como

se poderia depreender da ideia de escala hermafrodita (Herod, 2011) ou das reflexões sobre o hermafroditismo do corpo (Wright, 2001). Desde um olhar que enfatize o margear e as formas de existência que assumem a margem como referência prioritária, o corpo é também uma ponte entre espaços, um catalisador da escalaridade que, enquanto área, tem em si seu ambiente imediato e, enquanto nó em circulação, carrega esse espaço consigo para outros (que, dessa forma, passam a ser constituídos por essa cadeia de relações espaciais posta em movimento pelos corpos). Diferente de outros recortes do espaço, portanto, o corpo é ao mesmo tempo objeto e agente de processos de escalarização.

Não se trata meramente de assumir o corpo como uma escala hermafrodita (Herod, 2011) — que seria tanto global quanto local — ou de transpor a ele a lógica que sustenta o argumento da existência de uma escala glocal — que indica que “(...) ações locais conformam os fluxos globais de dinheiro, enquanto processos globais, por sua vez, afetam ações locais” (Swyngedouw, 1997, p. 137). Partimos aqui da concepção de que toda escala geográfica é ao mesmo tempo ela própria e todas as outras, uma vez que todo recorte espacial é forçosamente uma área e um nó de uma rede geográfica, tanto uma unidade discreta quanto um espaço internamente heterogêneo, permeado e composto por outros recortes. Trata-se de assumir esse colapso escalar (Grandi, 2015) como um dos princípios metodológicos das abordagens atentas à escalaridade, pois para toda escala geográfica “(...) convergem processos e fluxos — de indivíduos, de bens, de energia, de afetos, de violências, de desigualdades, de opressões, etc. — originados em outros recortes espaciais (...) [demonstrando] a contiguidade espacial da experiência e o desafio de se considerar a segmentação dos processos sociais como algo que vá além de uma representação parcial do vivido.” (Grandi, 2020, p. 78) É o esforço analítico que cria fronteiras absolutas entre os espaços. O corpo, por sua vez, é um recorte do espaço a partir do qual essa constituição múltipla e concomitante por diversos outros recortes e agentes produtores do espaço pode ser vista de forma particularmente nítida.

Por isso a abordagem analítica do corpo-escala permite observar, por exemplo, como elementos estruturantes da sociedade hegemônica contemporânea condicionam a produção biológica e comportamental dos corpos de toda a população, marcando-os sobretudo em seus espaços de experiência cotidiana (que, por sua vez, também são utilizados como demarcadores do espaço). Mesmo Harvey (2000), ao afirmar que os corpos são tanto a origem de toda energia quanto moldados pelas relações sociais capitalistas contemporâneas, traz exemplos que reforçam a ideia de construção

concomitante das escalas geográficas. Ferguson, por sua vez, desenvolve essa assertiva ao reforçar a utilidade de

(...) pensar que os corpos que trabalham não são apenas diferentemente sexuados, eles também são diferentemente especializados em sentido tanto geográfico como social. Todos nós nascemos e trabalhamos para reproduzir o mundo em locais sócio-históricos e geográficos específicos. E a despeito de abstratamente tais diferenças terem poucas consequências, elas são de grande importância concretamente porque esses locais são alcançados de maneira desigual pela desigual dinâmica sempre expansiva do capitalismo. (Ferguson, 2019, p.25).

Nesse contexto, as interseccionalidades – termo cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) e hoje largamente utilizado em reflexões e ações feministas – se mostram como pressupostos teórico-políticos importantes para que se possa melhor aproveitar as potencialidades analíticas do corpo visto enquanto escala. Incorporá-las torna-se crucial à elaboração de reflexões críticas a respeito dos arranjos espaciais, recortes espaciais, escalas geográficas e ordenamentos escalares produzidos pelas estruturas sociais dominantes, sobretudo diante do esforço para atentar aos processos responsáveis pela produção da diferença do/no espaço. Os marcadores sociais de opressão destrinchados pelos estudos interseccionais adquirem, assim, relevância metodológica: são recursos teórico-analíticos que permitem visibilizar a produção escalar dos corpos de uma maneira que enfatize a complexidade política desse processo.

É sabido que as estruturas contemporâneas (capitalismo, cisheteropatriarcado, racismo e colonialismo, dentre outras) têm a necessidade de produzir corporalidades reprimidas por meio de diferentes tipos de violência, uma vez que a normatização dos corpos pressupõe a produção também do “não-corpo”, a produção de sua antítese. A produção de corpos-escalas não-hegemônicos, nesse sentido, torna-se um processo funcional à produção de espaços atravessados pelas formas hegemônicas de relações sociais e, nesse sentido, também responsáveis por sua reprodução social. Identificar isso não se trata apenas de uma constatação ético-política que reconhece uma perversidade, mas também de perceber a relevância do recorte espacial do corpo para a produção de mundos em sua totalidade e complexidade. De um ponto de vista tanto político-filosófico quanto econômico, afinal, é sobre esse corpo constituído por múltiplos atravessamentos estruturantes que se constitui a realidade concreta, inclusive no sentido apontado por Harvey alguns parágrafos atrás e por Neil Smith quando ele lembra que

[o] local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construído. O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social, e envolve a construção de um “espaço pessoal”, além de um espaço

fisiológico literalmente definido. O corpo é também um “locus cultural de significados de gênero”, segundo Judith Butler (1986, p. 129), e isso sugere que, mais do que a maioria das escalas, a identidade do corpo per se está intimamente entrelaçada com suas diferenças internas. A dialética da identidade e da diferença é central à definição da escala, mas em nenhum lugar é mais importante do que com o corpo. (...) Não apenas o gênero, obviamente, mas outras formas de diferença social são construídas em torno da identidade do corpo. Young (1990, pp. 122-155), em particular, sustenta que “a gradação dos corpos” reserva uma variedade de diferenças corpóreas além do sexo - a mais óbvia é a raça, mas também idade e capacidade - como base putativa para a opressão social e para o “imperialismo cultural” (Smith, 2000, p. 145).

Abordagens geográficas que contemplem as perspectivas trazidas pelas teorias feministas, portanto, abrem-se ao tema da dialética da diferença e da multiplicidade como constituintes do espaço, preocupação presente em reflexões tradicionais e mais recentes da Geografia — de Hartshorne (1978) a Moreira (2007) e Massey (2008), por exemplo. Ao incorporarem tais temas ao entendimento do corpo enquanto escala geográfica, as análises podem mais diretamente tanto reconhecer a perversidade que há no embricamento existente entre o hegemônico, o não-hegemônico e o contra-hegemônico, quanto vislumbrar as fissuras por onde desabrocham formas disruptivas de ser e estar no mundo a partir do cotidiano. Tais formas, por construírem corporalidades que são distintas subepidemicamente, se vincularem a outros agentes de maneiras próprias e, portanto, constituírem seus limites externos de maneiras não-hegemônicas, produzem recortes espaciais e suas respectivas articulações de forma a discordarem e a se afastarem dos moldes centralizantes das escalaridades hegemônicas. Nas brechas germinam dissonâncias, formas de ser que somente existem nos limites. É o aquilombamento de tais escalas que traz a possibilidade de identificarmos a bricolagem de escalaridades marginais.

Trata-se sobretudo de reconhecer a importância dos avanços teóricos dos debates interseccionais e escalares para a superação das perspectivas analíticas que fragmentam os eixos de exploração e opressão responsáveis pela produção sócio-espacial da experiência cotidiana. Afinal, sabemos que a geografia do capitalismo contemporâneo, em seu processo contínuo de ampliação das formas de acumulação do capital denominado por Samir Amin (1974) de “acumulação primitiva permanente”, sempre teve um caráter geográfico em relação à sua dinâmica de localização-distribuição-arranjo global. Essa dinâmica foi considerada por Rudolf Hilferding (1985) quando este tratou da expansão do capital financeiro, mas antes foi investigada por Rosa Luxemburgo (1985) em sua teoria da reprodução ampliada do capital – que cria as bases para a compreensão do Imperialismo. David Harvey (2004) cunhou recentemente o termo “acumulação por

espoliação” para se referir às novas estratégias da acumulação primitiva que, por terem uma abrangência expandida, muitas vezes levariam à fragmentação da luta. Mas também sabemos que as relações do capital quando se localizam e, a partir daí, se distribuem, compõem arranjos espaciais que resultam das próprias configurações sociais das quais tais relações dependem. Ao mesmo tempo, tais arranjos interferem diretamente nas formas de viver e morrer de humanos e não-humanos, num misto de biopolítica e necropolítica (Foucault, 2010; Mbembe, 2018). Nesse sentido, da mesma maneira que os impactos e riscos ambientais aos quais os distintos grupos humanos estão submetidos são marcados pela diferença (arruinando a narrativa hegemônica de que todas e todos nós “estaríamos no mesmo barco” no que envolve a questão ambiental), também são distintas as vidas mais ameaçadas pelas técnicas sócio-espaciais bio-necropolíticas contemporâneas — dentre as quais encontram-se aquelas de mulheres, notadamente as que compõem a população negra.

O reconhecimento do corpo enquanto escala, dessa forma, não só permite como potencializa a compreensão dos processos de expansão e aprofundamento das formas de apropriação do capital, pois amplia a granulação das análises de forma a destacar a confluência desses processos sobre a produção de corporalidades (materialidades, subjetividades e práticas/comportamentos), articulando a produção do Outro às alterações no ritmo do ciclo de vida e morte e aos processos de acumulação por espoliação de Luxemburgo e Harvey. Como opção teórico-metodológica, portanto, o corpo-escala vai na contra-mão da fragmentação da compreensão dos processos de exploração, opressão e violência que marcam a organização socioespacial contemporânea, cujos riscos já foram apontados por autoras como Nancy Fraser. Suas análises apontam que

[a]s aspirações que tinham impulso emancipatório claro no capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais ambíguo na era neoliberal (...) A ascensão do neoliberalismo coincidiu com uma grande alteração da cultura política das sociedades capitalistas. Nesse período, as reivindicações por justiça foram cada vez mais expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença. Com essa mudança “da redistribuição para o reconhecimento”, vieram pressões poderosas para transformar a segunda onda do feminismo em uma variante das políticas identitárias. Uma variante progressista, de fato, mas que acabava gastando muito tempo na crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política (...). O que tinha começado como proposta corretiva necessária para o economicismo recaiu com o tempo em um culturalismo igualmente unilateral. Assim, em vez de chegar a um paradigma mais amplo, mais rico, que poderia abranger tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, as feministas da segunda onda trocaram um paradigma incompleto por outro. (Fraser, 2019, p.37).

Nancy Fraser apresenta o contexto e um problema, o avanço do neoliberalismo, no plano político e econômico; o pós-estruturalismo e pós-modernismo, no plano filosófico e científico. Diante disso, aponta para a emergência do problema da fragmentação, tal como Harvey, ainda que nele não houvesse um sentido explícito de crítica. A abordagem de Fraser é importante por possibilitar a identificação de estratégias do capitalismo neoliberal que mantém sua lógica de expansão das bases da acumulação agindo por meio da diluição e disseminação de suas práticas em projetos de aparente liberdade individual e do esforço por particularizar pautas levantadas por movimentos sociais.

No entanto, a incompletude da substituição de um paradigma por outro, apontado por Fraser, faz com que sua análise fique mais centrada na temporalidade, deixando de enfatizar o sentido da espacialidade do fenômeno. Na busca por contribuirmos com essa empreitada, nossa proposição ressalta a escalaridade como dimensão fundamental para o reconhecimento dessa espacialidade, indicando a riqueza metodológica do corpo-escala enquanto uma ferramenta teórico-conceitual. Isso porque as escalaridades hegemônicas (formas de dividir e organizar o espaço em totalidades), exigem corpos-escalas específicos, ao passo que o mesmo pode-se dizer o mesmo das escalaridades marginais.

É certo que tanto as corporeidades marginais quanto as forças centrípetas possuem referências espaciais, pois todo corpo apega-se, produz e se constitui a partir de seus espaços de referência identitários (Haesbaert, 1996; Souza, 2008). Mas ao serem vistos enquanto escalas geográficas, os corpos e suas práticas podem ser apreendidos conjuntamente em suas conexões com outras unidades e recortes, permitindo que o corpo-escala seja entendido como um espaço móvel (mutável e em movimento) que leva consigo seus espaços de referência aos demais espaços pelos quais circula e os quais co-constitui. Essa mobilidade, responsável por viabilizar a interação espacial (que, por sua vez, é um dos motores da escalaridade), é também utilizada estrategicamente desde o ponto de vista político. Isso porque existem, obviamente, processos dominantes que imprimem estereótipos nessas corporalidades, reforçando o atravessamento de opressões estruturais de raça, gênero e classe que as constitui. As significações hegemônicas se tornam, assim, corresponsáveis pela construção das corporalidades dissonantes, sobretudo quando trata-se daquelas alteridades consideradas aceitáveis. Não cegamos para o fato de que há corpos dissonantes que podem ser aceitos, mas ponderamos que eles só o são ao demonstrem ter os centros (as formas centrais de ser, pensar e existir)

como suas referências civilizatórias, de formas de vida, de consumo, de formatos de relações, etc.. Mas também sabemos existirem corporalidades marginais que se constroem estabelecendo outras formas de conexão de seus corpos com os ambientes imediatos, maneiras essas que na maioria das vezes opõem-se aos binários renascentistas ocidentais moderno-coloniais. Destacam-se aquelas inspiradas por leituras cosmológicas não-hegemônicas e críticas a tais referências centrais. Por partirmos do corpo-escala, portanto, sabemos que tais corporeidades constituem-se relacionalmente e que em vez de isolarem-se daquelas centrais e constituírem-se como suas antíteses, constroem-se continuamente no decorrer das relações de tensão que emergem ao desafiarem as forças centrípetas. São escalas geográficas construídas sociohistoricamente e, assim, forçosamente permeadas pela dimensão política.

O corpo-escala é político: sobre as políticas espaciais do margear

"Eu, mulher" sou afetada diretamente e na minha vida diária por aquilo que tem sido feito do sujeito da mulher; eu paguei em meu próprio corpo por todas as metáforas e imagens que nossa cultura considerou adequado produzir sobre a mulher. A metaforização se alimenta de meu eu corporal, num processo de "canibalismo metafísico" que a teoria feminista ajuda a explicar. (Braidotti, 1997, p. 138).

Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal do que o exercício do poder... Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa? (Foucault, 1990, p. 147)

Em parte, como desdobramento das reflexões sobre as relações entre saber e poder, explorados também no sentido do reconhecimento do conteúdo colonial dos saberes (Walsh, 2002; Lander, 2005; Castro-Gómez, 2005; Mignolo, 2007; Escobar, 2007), não é mais plausível ignorar a posicionalidade dos saberes (Haraway, 1995; Kilomba, 2019). Os sujeitos dos conhecimentos, portanto, falam sempre a partir de um lugar, não somente no sentido epistêmico, mas também porque reivindicam para si uma espacialidade como condição de existência.

Entre sobrevivência e existência, temos a totalidade diferenciada e articulada dos diferentes tipos de relações que os indivíduos travam em suas vidas, contexto que permite afirmar que o ser é em função de estar onde está, pois determina um existir específico (Martins, 2017, p.343).

Podemos dizer que os modos existenciais dos corpos estarem no mundo implicam sua espacialização e que isso ocorre porque tais existências envolvem tanto uma

materialidade (o corpo) enquanto um processo (o movimento), ambos espaço-temporalmente situados. A perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade permite reconhecer, no entanto, a distinção existente na espacialização dos diferentes corpos.

A diferença racial coincide com a diferença espacial, uma vez que a mulher branca, que habita o centro, pede à mulher negra, que se encontra na periferia, que não entre mas que fique antes nas margens (Kilomba, 2019, p. 61).

Em sua passagem, Grada Kilomba nos oferece a oportunidade de refletir sobre as distintas espacialidades dos corpos. Como ela exemplifica, há muito interesse de ativistas e teóricas feministas pelo tema do corpo, sustentando-se por meio de justificativas variadas. Federici (2017, 2019), por exemplo, critica o fato de o corpo feminino ter sido utilizado estrategicamente como fonte de acumulação primitiva do capital, um processo de reificação que ganha conteúdos outros diante da expansão das bases de acumulação na história do capitalismo. Além dela, podemos mencionar as reflexões sobre o corpo ciborgue (Haraway, 1991), o corpo volátil (Grosz, 1994), o corpo abjeto (Butler, 2019) ou o corpo-território (Marchese, 2019) — termo levantado na primeira marcha das mulheres indígenas ocorrida no ano de 2019 em Brasília e reivindicado crescentemente no contexto latino-americano.

Destacamos, porém, que ao propormos bases teóricas que visem contribuir com a leitura, interpretação e análise desses corpos, não raro repetimos, na teoria, a reificação presente nos processos sociais hegemônicos e criticados pelas práticas dos ativismos feministas, antirracistas, decoloniais e anticapitalistas. Para buscarmos estratégias que visem reduzir esse risco, ressaltamos que as corporeidades — sobretudo de corpos com existências marginais — devem ser pensadas em função do movimento, de suas mudanças constantes, ajustes contextuais e conjunturais derivados do entrecruzamento e dos encontros que constituem as trajetórias do sujeito. As identidades, como resultantes multiformes e mais ou menos estáveis da formulação e manuseio contínuos das margens, somente existem em relação a uma exterioridade que também está constantemente em construção. Dependem, portanto, do contato entre uma unidade (temporária e estrategicamente acionável) e quem é considerado o Outro. Uma das contribuições que o olhar espacial atento à escalaridade desses processos traz vem da possibilidade de extrapolar a singularidade dos corpos, pois a partir desse olhar é possível pensar, identificar, ressaltar e analisar as formas por meio das quais o corpo

transcende e vai além do indivíduo, destacando-se como um recorte espacial eminentemente político em seus variados usos e constituições.

A existência que é localizada e por meio do movimento se escalariza, conectando-se a outros recortes espaciais, mas só o faz porque tal existência é forçosamente corporificada. Também por isso sublinhamos a importância de se reconhecer o sujeito a partir de sua corporeidade, o que na Geografia é possível a partir da compreensão do espaço como sendo a corporeidade do corpo. É justamente o sujeito corporificado que medeia a relação entre a epistemologia e a ontologia na Geografia, visto se tratar de um “requisito do ser-no-mundo” (Lima, 2014, p. 89). A presença do corpo nas reflexões sobre a produção do espaço ainda carece de reconhecimento, em que pese alguns esforços recentes, bem como o estudo das consequências de tal presença. É o caso do papel desempenhado pelo corpo na obra de Henri Lefebvre, para quem o espaço, como produto social, inclui tanto as relações sociais de produção como as de reprodução, sendo que em ambas há um corpo que é espaço e que produz espaço, ao passo que se produz enquanto corpo nesse movimento. (Silva, Ornat e Alides Júnior, 2019)

Se toda produção de espaço pressupõe processos e estes, por sua vez, envolvem o movimento, é necessário reconhecer a qualidade relativa dos movimentos. Afinal, só se percebe que algo se move quando posto em relação a outra coisa. Nem todo movimento e, portanto, nem toda produção do espaço assume a mesma referência. Diante disso, apresentamos o *margear* como um quase-conceito, como diria Jacques Derrida (2016), por ser mais força do que forma, que assim o é por seu movimento implicar uma prerrogativa estratégica de não captura pelo centro. Em vez dele, por exemplo, os corpos-escala marginais têm como sua referência a própria margem. É óbvio que há limites sempre próximos das margens, e por mais que se desloque ou que se tente transgredi-los, há interferências diretas e cotidianas deles nos projetos marginais. Os vemos quando a presença de corpos negros, femininos ou desconformes em relação à cisnormaticidade ou à sexualidade hegemônica é negada em paisagens estritamente masculinas, transfóbicas, brancas e/ou homofóbicas. Tais limites também se explicitam cruelmente quando a relação de alteridade é impedida pela violência, pelo medo, pelo assédio, implicando uma redução da possibilidade da circulação ou mesmo da permanência em casa (vide os números alarmantes de violência doméstica motivadas pelo cisheteropatriarcado). Tais impedimentos vivenciados pelos corpos marginais resultam nas dificuldades em reconhecer que o espaço, por ser produzido, pode ser modificado e passar a existir de maneiras distintas — inclusive de formas que permitam

maior liberdade e menor opressão e violência a formas de ser diferentes, livres das determinações impostas pelo capital, pelo racismo, pelo colonialismo, pelo patriarcado e pela cisheteronormaticidade.

Por isso afirmamos a potência do margear: espacialidade que reproduz o movimento dos corpos que, ao vislumbrarem um limite, ousam tentar transgredi-lo (Biteti e Moraes, 2019). Margear alimenta-se do proposto por bell hooks (1989), que reconhece a margem como um lugar que faz parte do todo mas que se afirma como um “espaço crítico”, um espaço que se abre a novos discursos e formas de existência. “(...) [A] margem é um lugar que alimenta a nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar novos mundos e novos discursos alternativos” (Kilomba, 2019, p. 68). Não há em bell hooks ou Grada Kilomba uma idealização ou romantização da opressão, mas a tentativa de apresentar a complexidade dessa espacialidade da margem. Por isso reforçamos que

[o] intuito de problematizar essas conformações e de questionar modos de apreensão da relação centro-periferia se dá porque historicamente e hegemonicamente, se privilegia a centralidade em relação à periferia. Pois, mesmo diante do reconhecimento do valor ético, político e epistêmico das periferias, quando se faz, manifesta-se um desejo de alçar a periferia à condição de centralidade. A isso oferecemos uma outra leitura possível, amparada pela compreensão das relações eu-outro do ponto de vista do limite e da transgressão, em que as periferias ou o movimento de periferização aparecem como um horizonte de potência de novas formas de saber, de viver, de habitar e de conviver (Biteti e Moraes, 2019, p. 3).

Por isso também podemos compreender certos deslocamentos de corpos-escalas marginais como parte de estratégias de constituição de territorialidades móveis e de espacialidades da margem, por meio das quais criam, inventam e lutam por formas de existência não capturadas pelas estruturas e ordem hegemônicas. Muitos sujeitos com corpos não-hegemônicos, individual e coletivamente, assumem o margear como uma estratégia espacial de existência potente e livre que, embora por vezes efêmera, afirma-se como experiências que, ao escaparem das referências centrais, tensionam tanto os ditames da ordem instituída quanto dos ativismos e movimentos sociais tradicionais. Explicitam, assim, a prática do margear, do cultivar existências centrífugas. No entanto, a permanência no tempo, a possibilidade da repetição e da ampliação dessas estratégias espaciais, configurando uma reprodução do espaço que garanta a desalienação, a autodeterminação e o fim das opressões e violências estruturais atualmente existentes, dependem, em parte, das conquistas históricas derivadas dessas experiências. Dependem, portanto, de algum grau de fixação espaço-temporal. Daí a mobilidade, em sua forma

forçada e imposta (por isso violenta), também ser uma estratégia disponível aos agentes capitalistas-coloniais-heterocispatricais do Estado e do capital.

Ainda assim, porém, existe algo que emerge no e do margear como experiências da coletividade, de um existir-com. Esse algo, que não é somente resistência, mas também criação, apresenta-se como uma força de transformação da vida, seja nos ativismos feministas, nas comunidades indígenas, nos terreiros do candomblé, no campo ou na cidade. Não se pode estranhar, portanto, que

(...) diante do novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social de impedimento de uma completa comercialização da natureza, enquanto produzem o uso não capitalista da terra e formas de agricultura de subsistência. As mulheres são agricultoras de subsistência no mundo (Federici, 2019b, p.385-6).

As lutas das mulheres constroem horizontes para a política feminista anticapitalista justamente por envolverem estratégias de reprodução da vida que disputam suas formas de existência com a lógica violenta de reprodução do capital. Por isso, tal qual com outras corporalidades que se utilizam do margear, é possível propor uma cartografia das topologias do existir como mulher (e/ou como negra/o, como transgênera/o, como homossexual, etc.) que tome como referência seus corpos entendidos como espaços-síntese e escalas sintetizadoras dos modos de ser-estar mulher (e/ou negra/o, transgênera/o, homossexual, etc.) no mundo. Essa síntese, porém, contém e é conteúdo de todos os demais recortes espaciais possivelmente existentes. Assim, o corpo há de ser visto enquanto escala geográfica por ser construído por meio de processos que diferenciam e articulam este recorte espacial aos demais recortes possíveis do mundo. São as práticas dos sujeitos (individuais e coletivos) que cravam na materialidade do corpo e de suas ações os diferentes marcadores sociais de opressão que, por sua vez, atuam enquanto articuladores escalares da produção desses mesmos sujeitos.

Considerações finais: escalaridade do corpo e desafios metodológicos

Mas alguém pode perguntar qual conexão existe entre esse corpo abstrato, entendido simplesmente como a mediação entre “sujeito” e “objeto”, e um corpo prático e carnal concebido como uma totalidade completa com qualidades espaciais (simetrias, assimetrias) e propriedades energéticas (despesas, economias, desperdícios). De fato (...) o momento no qual o corpo é imaginado como uma totalidade prático-sensível, um descentramento e recentramento do conhecimento acontece (Lefebvre, 1991, p. 61-2, *tradução livre*).

Em suas considerações sobre a “gestalt das escalas” a partir do debate sobre novos padrões de urbanização do Reino Unido, Smith (1987) apresentou as implicações negativas que o descuido com a questão das escalas geográficas pode trazer. À época ele observava que o mesmo processo de suburbanização era ora visto como uma descentralização espacial das cidades, ora como centralização da atividade econômica da região.

Então a suburbanização é um processo de centralização ou de descentralização? É ambos? Ou nenhum? Nós podemos pensar nisso como o “efeito caleidoscópico”: as peças empíricas são as mesmas mas com uma sutil mudança de perspectiva elas formam um padrão muito diferente. Na medida em que a mudança de perspectiva é alcançada por meio de uma mudança de escala, podemos pensar nesse quebra-cabeças como a gestalt da escala. Se você vê as peças de uma escala você vê um padrão (ou a falta dele) e se você as vê de outra escala você vê um diferente (Smith, 1987, p. 64).

É nítida a necessidade metodológica de um olhar atento às posicionalidades envolvidas nos processos de produção do conhecimento científico sobre o espaço, tal qual o papel crucial que a espacialidade (e a escalaridade, uma de suas dimensões) tem nesse processo. Por isso, cabe-nos aqui refletir: quais implicações existem para as pesquisas sobre a produção social do espaço quando se passa a observar e analisar os fenômenos a partir também do espaço do corpo? E como pensar sobre essas implicações reconhecendo a produção social do corpo como condicionada pela imbricação interseccional das diferentes dimensões do poder de nossa sociedade?

Ao analisarmos a escalaridade do corpo a partir de duas dimensões – enquanto área (subepidérmica) e enquanto nó em rede (um olhar externo) – é necessário reconhecer um certo estranhamento metodológico que dela pode resultar. Se concebemos o corpo-escala enquanto um nó ou ator de uma rede, isso implica assumir uma perspectiva externa ao corpo e, portanto, reificá-lo? Por outro lado, vê-lo enquanto uma área nos levaria forçosamente a abordar o corpo exclusivamente desde uma perspectiva subepidérmica e restringir nosso olhar quanto às articulações que ele tece e que o compõem (ou seja: nos levaria a um olhar individualizante, singularizante e, portanto, simplificador)?

O importante é diluir essa impressão de dualidade, dicotomia ou dilema e sublinhar que, nesse quesito, encontramos-nos diante de um desafio teórico-metodológico: como ver o corpo enquanto uma entidade que existe de forma relacional (ou seja, como uma entidade social) sem cegar para a heterogeneidade de processos e unidades que o constituem? Como construir uma ponte entre a abordagem externa e

subepidérmica? Como reconhecer que o corpo se constitui na relação com outros atores e espaços, mas que, ao mesmo tempo, é em si uma bricolagem de outras entidades e processos que têm, em certa medida, ações independentes da vontade do self? Um caminho possível parece ser assumir que o corpo-nó não resulta de sua homogeneidade interna, mas sim da forma como se desenrolam em cada contexto espaço-temporal os conflitos existentes entre distintas entidades e processos internos que o perpassam e constituem. Mesmo como nó, portanto, o corpo tem origem fundamentalmente social ancorada em processos de homogeneização dominado por agentes hegemônicos (ainda que sejam produções sociohistóricas-espaciais, logo sempre contextuais e resultantes de disputas e conflitos).

Assim, lançar o olhar para o mundo e suas margens não envolve exclusivamente adotar uma leitura do “sul” global. Envolve também destacar espacialidades que, tal como fala bell hooks, possuem diferentes sítios. Se a “geografia está em toda parte” (Cosgrove, 1998), temos de reconhecer também que toda espacialidade possui margens. O Estado enquanto instituição-forma, por exemplo, existe em constante pulsão de expansão, desejante e dependente da captura do Outro, de seu contágio ou transformação. Assim é também o capitalismo, o colonialismo, o racismo e o heterocispatriarcado. As forças estruturais e hegemônicas, essencialmente expansionistas, esforçam-se para fagocitar o que lhes desafia.

As espacialidades marginais dos corpos que se apresentam como dissonantes, por sua vez, revelam marcas físicas e simbólicas das interdições que os constituem em diferentes recortes espaciais (na casa, na comunidade, nos espaços públicos ou privados, etc.). Seja como imposição, escolha ou representação, existir como mulher, homossexual, negra/o ou transexual (bem como tantas outras corporalidades) tem sido uma condição corpórea que convoca à luta permanentemente. Obviamente não há uma homogeneidade das pautas, afinal, essa existência implica espacialidade e, portanto, em diferenciações marcadas pelas interseccionalidades. O importante é, no entanto, reconhecer que tais diferenças produzem, articulam e priorizam espaços de ação, envolvendo, assim, a elaboração de escalaridades próprias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S. La acumulación a escala mundial Crítica de la teoría del subdesarrollo. Siglo XXI, Madrid, 1974.

BITETI, M. O.; MORAES, M. Vidas e saberes periféricos como potências transgresoras. Cidade do México: Tlalli. Revista de Investigación en Geografía, 2019.

- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*, vol.2: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BONDI, L. Gender and dichotomy. *Progress in Human Geography*, v. 16, n. 1, pp. 98-104, 1992.
- BRAIDOTTI, R. A política da diferença ontológica. In.: BRENNAN, T. Para além do fato: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos. p. 123-144. 1997.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in human Geography*, v. 25, n. 4, pp. 591-614. 2001.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.
- BUTLER, J. *The Psychic Life of Power*. Stanford: Stanford Univerisy Press. 1997.
- BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. London: Routledge. 2011.
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque, Routledge, 1990.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro.” In: LANDER, Edgardo (org) (2005): *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASCO. p. 169 – 186. 2005.
- CASTRO, I. O problema da escala. In: CASTRO, I. et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, pp. 99-127. 2016.
- CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: CARLOS, A. F. et al. (org): *A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto. 2011.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. *Cidades*, v. 3, 2006.
- CORRÊA, R. L. Uma Nota sobre o Urbano e a Escala. *Território*, no 11-12-13, pp. 133-136. 2003.
- COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORREA, R. ROSENDAHL, Z. (org) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.
- COX, Kevin (1998): Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 1-23. 1998.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167, 1989.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: El Perro y La Rana. 2007.

- FEDERICI, S. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERGUNSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. O problema da interseccionalidade e das relações entre raça, classe e gênero visto de uma perspectiva dialética. In: Revista Movimento: crítica, teoria e ação. São Paulo, 2019.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 1990.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes. 1987.
- FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais; Organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 25-48, 2019.
- GONZALES, L. Cultura, etnicidade e trabalho. In. Lélia Gonzales: Primavera para as rosas negras. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.
- GONZÁLEZ, S. La política de escalas en Bilbao: La construcción socio-política de un área metropolitana. Tese (doutorado em sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade do País Vasco, Bilbao. 2003.
- GRANDI, M. S. Escala e Geografia: Politização da escala geográfica e luta no movimento dos sem-teto. Rio de Janeiro: Consequência. 2023.
- GRANDI, M. S. Problematizações contemporâneas sobre a escalaridade: forma, natureza e organização das escalas geográficas. GEOgraphia, v. 23, n. 50, pp. 1-18. 2021a.
- GRANDI, M. S. Más allá de la vivienda: la metamorfosis de la lucha y la escalaridad del movimiento de los sem-teto brasileño. Tabula Rasa, 39, 39-64. 2021b.
- GRANDI, M. S. Colapso e determinismo escalar em tempos pandêmicos: reflexões preliminares sobre a casa, o “isolamento social” e o déficit habitacional. Tamoios, ano 16, n. 1, pp. 63-87. 2020.
- GRANDI, M. S. Escalas geográficas, escalarização e práticas sócio-espaciais cotidianas no movimento dos sem-teto. In: OLIVEIRA, A. L.; SILVA, C. A. (Ed.). Metrópole e crise societária – Resistir para existir. Rio de Janeiro: Consequência. pp. 187-208. 2019.
- GROSZ, E. A. Volatile Bodies: Toward a Corporeal Feminism, Bloomington: Indiana University Press. 1994.
- HAESBAERT, R. Território, poesia e identidade. Espaço e cultura, 3(1), 20-32. 1996.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos PAGU, n. 5, pp. 07-41. 1995.
- HARAWAY, D. Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature, London: Free Association Books. 1991.
- HARTSHORNE, R. Propósitos e natureza da geografia. São Paulo: Hucitec / Edusp. 1978 (1966).
- HARVEY, D. The right to the city. New left review, v. 53, set-out, pp. 23-40. 2008.

- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola. 2004.
- HARVEY, D. Spaces of Hope, Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 2000.
- HEROD, A. Scale. New York: Routledge. 2011.
- HILFERDING, R. O capital financeiro. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- hooks, b. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes. 2013
- hooks, bell. Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black. Boston: South End Press, 1989.
- HOWITT, R. Scale as relation: musical metaphors of geo graphical scale. *Area*, v. 30, n. 1, pp. 49–58. 1998.
- JONES, K. Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, p.25-28, 1998
- KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e etnocêntricos. In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO. p. 8-23. 2005.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell. 1991
- LIMA, E. L. Encruzilhadas Geográficas: Notas Sobre A Compreensão Do Sujeito Na Teoria Social Crítica. Consequência, Rio de Janeiro, 2014.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARCHESE, G. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades*, núm. 13, pp. 9-41, 2019.
- MARSTON, S. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 2, pp. 219–242. 2000.
- MARTINS, E. R. O Fundamento Geográfico do Homem: Geografia e Filosofia. Tese de Livre Docência Área de concentração em Geografia Humana. Departamento de Geografia , FFLCH – USP, 2017.
- MASSEY, D. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MASSON, D. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres. *Caderno CRH*, 19(48), 445-459. 2006.
- MASUDA, J.; CROOKS, V. Introduction: (Re)thinking the scales of lived experience. *Area*, v. 39, n. 3, p. 257-258. 2007.
- MBEMBE, A. Necropolítica. Bipoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- McDOWELL, L. Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geographies. Oxford: Polity Press. 1999.

- McDOWELL, L. The Baby and the Bath Water: Diversity, Deconstruction and Feminist Theory in Geography. *Geoforum*, v. 22, n. 2, pp. 123-133. 1991.
- MERCHANT, C. The death of nature: Women, ecology, and the scientific revolution. New York: Harper & Row. 1980.
- MIGNOLO, W. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.
- MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.
- MOREIRA, R. Pensar e Ser em Geografia, São Paulo: Contexto, 2007.
- PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista de Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, pp. 11-20. 2011.
- ROSE, G. Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. 4a ed. São Paulo: Edusp. 1996
- SHEPPARD, E.; McMASTER, R. (org.) Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method. Oxford: Blackwell. 2004.
- SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio José e JÚNIOR, Alides Baptista Chimin. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma Geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, v.3, n.41, 2019.
- SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papiurus. p. 132-159. 2000.
- SMITH, N. Desenvolvimento desigual – Natureza, Capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1987.
- SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.
- SOUZA, M. L. Which right to which city? In defence of political-strategic clarity. *Interface*. v. 2, n. 1, pp.315-333, 2010.
- SOUZA, M. L. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio (org.): O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Faperj. p. 367-384. 2008.
- SWYNGEDOUW, E. (1997) "Neither global nor local: 'Glocalization' and the politics of scale," in COX, K. (ed.), *Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local*, 137-66, New York: Guilford Press.
- WALSH, C. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. In: WALSH, Catherine et al (org.): *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo Andino*. Quito; UASB/Abya Yala. 2002.